



Jane de Araújo



Morieira Maniz

ENTENDIMENTO Líderes partidários reúnem-se com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff (E), viabilizando a aprovação das mudanças pelo Plenário do Senado

Acordo garante votação de novo modelo do setor elétrico

O Plenário aprovou ontem a constitucionalidade e o mérito da proposta com as novas regras para funcionamento do setor elétrico. A votação das emendas e dos destaques ficou para a próxima terça-feira, por acordo dos líderes. A matéria deverá retornar ao exame da Câmara dos Deputados

Páginas 3 a 5



Roosevelt Pinheiro

Magno Malta apresenta pedido para CPI dos Bingos. Governistas não indicam membros

Após colher assinaturas de 38 senadores, o líder do PL, Magno Malta, protocolou ontem de manhã requerimento para criação de comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar os bingos no país. O trabalho de coleta

de assinaturas contou com a participação da senadora Heloísa Helena, que leu em Plenário os nomes dos senadores que apóiam a iniciativa. Quatro líderes da base governista no Senado comunicaram ontem, em nota oficial, a decisão de

não indicar representantes de seus partidos na CPI. Eles manifestaram confiança em diversas providências que estão sendo adotadas para investigar os bingos e as atividades do ex-assessor governamental Waldomiro Diniz.

PROVIDÊNCIAS Requerimento de Magno Malta deve ser lido hoje no Plenário do Senado

Página 6



Roosevelt Pinheiro

APOIO Heloísa não só ajudou a coletar assinaturas, como leu da tribuna cada um dos nomes



J. Freitas

Thomaz Bastos diz que Lula vai demarcar todas áreas indígenas

Ministro participa de debate na Comissão de Relações Exteriores.

AUDIÊNCIA Ministros da Defesa, José Viegas Filho, e da Justiça, Márcio Thomaz Bastos (D), na reunião presidida por Eduardo Suplicy

Página 7



INTRANSIGÊNCIA Empresários não consideram propostas dos pilotos, critica Papaléo

Fusão entre Varig e TAM será um equívoco, diz Papaléo

A fusão entre as companhias aéreas Varig e TAM será um equívoco, na avaliação feita ontem pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP). Ele considerou que a proposta apresentada pelos empresários resultará na liquidação da Varig, "uma empresa com 77 anos de história que dignifica uma parte importante do Brasil moderno e que representa um setor estratégico de nossa economia".

De acordo com o senador, as recomendações apresentadas pela Associação de Pilotos da Varig (Apvar) não estão sendo levadas em consideração. "Os representantes das empresas só aceitam discutir o seu plano. Por ele, não é considerada a existência de créditos previdenciários e trabalhistas, atrasados e outros, que resultam em um montante de R\$ 3 bilhões", disse.

Papaléo rebateu a avaliação dos empresários de que a Varig é "uma verdadeira bomba-relógio" e afirmou que as propostas dos funcionários mostram que a empresa pode ser mantida se forem buscadas soluções criativas.

Alberto Silva quer câmara de gestão para estradas

Ele propõe que a estratégia usada durante o "apagão" seja aplicada para a crise na malha viária do país

A situação crítica das estradas brasileiras precisa de uma solução emergencial, semelhante à que foi adotada na época da crise de energia elétrica. Com esse diagnóstico, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) fez ontem um apelo para que o presidente Lula considere sua proposta de criar uma câmara de gestão sob o comando do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, como ocor-



PREJUÍZO País perde com 32 mil quilômetros de estradas danificadas, diz Alberto Silva

reu quando do "apagão".

Alberto Silva denunciou o desperdício de óleo diesel pela frota nacional de carga, devido

ao tráfego nos 32 mil quilômetros de estradas danificadas.

Em aparte, Efraim Morais (PFL-PB) afirmou que o governo tem se preocupado mais em evitar a CPI dos Bingos do que em resolver a crise da malha rodoviária. Já Maguito Vilela (PMDB-GO) lembrou que nos oito anos da gestão Fernando Henrique Cardoso praticamente nada foi feito para enfrentar a crise nas estradas brasileiras.

Alberto Silva disse ainda que irá propor à ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, que as unidades geradoras do programa de fornecimento emergencial de energia elétrica sejam incorporadas ao patrimônio federal.



SEM ACESSO Para Lobão, mídia tem sido discriminada pelas políticas de financiamento

Lobão defende apoio do governo às empresas de comunicação

A mídia brasileira enfrenta a maior crise de sua história com uma dívida acumulada em torno de US\$ 10 bilhões, informou o senador Edison Lobão (PFL-MA), que defendeu ajuda governamental destinada a recuperar jornais e emissoras de rádio e televisão que se encontram em dificuldades.

Para Lobão, a saída seria o poder público conceder às empresas de comunicação tratamento idêntico ao que é oferecido aos demais setores da economia em matéria de concessão de créditos. Segundo ele, a mídia se sente discriminada pelas chamadas políticas operacionais de financiamento.

– Na Grã-Bretanha e na França, em nome do primado da democracia, o Estado oferece ajuda direta e indireta às empresas de comunicação em dificuldade, seja por meio de empréstimos a juros baixíssimos, seja pela redução parcial de seus débitos acumulados nos órgãos governamentais, inclusive bancos, sem falar de outros incentivos, como tarifas preferenciais nos transportes ferroviário e aéreo – observou.

O senador entende que o direito à informação, refletindo as diferentes correntes de pensamento, é condição básica para o fortalecimento da democracia, razão pela qual acha que a ajuda financeira do Estado é essencial, já que a imprensa exerce um serviço de utilidade pública.

Edison Lobão acredita que a segurança econômica e financeira das empresas de comunicação é tão importante quanto a liberdade de opinião garantida pela Constituição. Em aparte, César Borges (PFL-BA) também defendeu incentivos financeiros do governo à imprensa.

Agenda

Sessão não deliberativa começa às 9h

Os senadores participam hoje, a partir das 9h, de sessão não deliberativa. Sem a votação de matérias, ela é destinada aos comunicados da Mesa e aos

pronunciamentos dos parlamentares. Os primeiros senadores inscritos para falar na tribuna são Efraim Morais (PFL-PB) e Romeu Tuma (PFL-SP).

Sistemas de informação no Legislativo em debate

Entre os dias 11 e 26 de março, será realizado o "Ciclo de Palestras sobre Sistemas de Informação no Legislativo", no Interlegis, em Brasília. O encontro, transmitido por videoconferência para as assembleias legislativas, discute temas como "Novas Tecnologias em Serviços de Referência Digital". Informações: (61) 311 3942.



Mulheres indígenas do Acre

No Dia Internacional da Mulher, a ser comemorado na próxima segunda-feira, a Senado Galeria abre exposição de artesanato confeccionado por mulheres indígenas do Acre. O evento faz parte da agenda de comemorações do Ano da Mulher.

Rádio Senado divulga MPB

A Rádio Senado veicula amanhã, às 16h, o *Música do Brasil*, programa de MPB apresentado pelo ex-senador Artur da Távola. Essa edição é dedicada à cantora Gal Costa, que interpreta Ari Barroso e Noel Rosa, entre outros compositores.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

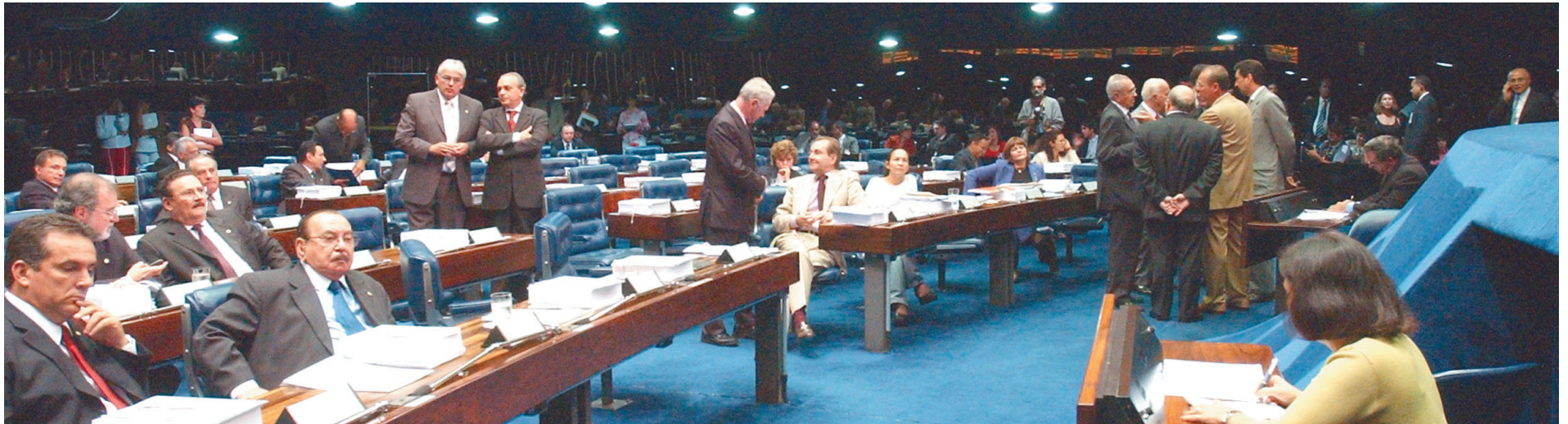
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

MODELO ELÉTRICO

Plenário do Senado aprova constitucionalidade e mérito do projeto. Votação de emendas fica para terça-feira, e proposta deverá retornar ao exame da Câmara dos Deputados

Célio Azevedo



NEGOCIAÇÃO Senadores decidem aprovar mudanças que foram objeto de acordo entre as lideranças com participação da ministra de Minas e Energia

Consenso garante votação das novas regras

O Plenário aprovou na sessão de ontem a constitucionalidade e o mérito da proposta com as novas regras para funcionamento do setor elétrico. As mudanças estão estabelecidas no projeto de lei de conversão (PLV 1/04) apresentado à Medida Provisória 144, de 2003. A matéria deve retornar para exame da Câmara dos Deputados, uma vez que houve acordo entre lideranças em relação a emendas alterando o texto. Mas a votação dessas emendas e dos destaques apresentados às propostas ficou

para a sessão da próxima terça-feira, também por acordo dos líderes, segundo anunciou o senador Paulo Paim (PT-RS), na presidência dos trabalhos do Plenário.

As emendas defendidas pelo relator, senador Delcídio Amaral (PT-MS), resultam, segundo ele ressaltou, de ampla negociação com todas as lideranças, realizada ontem na Casa com a participação da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Propõe-se, por exemplo, alteração para garantir às distribui-

doras o repasse do custo de aquisição de energia elétrica no mercado de contratação regulada – aquele que compreende a contratação de energia pelos distribuidores por meio de contratos regulados e que visam assegurar tarifas menores. Outra mudança atribui aos compradores de energia os riscos hidrológicos, mas permite o repasse de riscos às tarifas cobradas do consumidor final.

Delcídio Amaral explicou que uma outra emenda decorrente do acordo com os líderes cria instrumentos para gerenciar

mais adequadamente a inadimplência no pagamento de tarifas, sobretudo pelos consumidores não residenciais. O relator alega que, apesar de o desligamento por falta de pagamento ser um direito da concessionária já reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), o instrumento não tem se mostrado eficaz.

O relator defendeu o novo modelo proposto pelo governo afirmando que essa é a forma para se garantir o retorno dos investimentos e a retomada da expansão do setor elétrico, pa-

ralizada, segundo ressaltou, após a crise de energia de 2001.

O relator do PLV 2/04, que institui a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e que também deverá ser votado pelo Plenário, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), avaliou que o novo modelo traz pontos positivos, como o restabelecimento do poder do Ministério de Minas e Energia de conduzir a política energética. Rodolpho Tourinho considerou que houve avanços importantes no relatório apresentado por Delcídio Amaral.

DELCIDIO AMARAL

Roosevelt Pinheiro

“Não foi o melhor, mas o possível”

O relator Delcídio Amaral reconheceu ontem que o projeto de lei de conversão resultante da MP não foi a melhor solução, “mas a possível”. Para ele, o Senado mostrou sensibilidade e sentimento de brasilidade ao aprovar acordo para aprovação da matéria.

Delcídio fez um agradecimento especial ao senador Rodolpho Tourinho, ex-ministro de Minas e Energia, pela contribuição ao projeto.

RODOLPHO TOURINHO

Conforto para os investidores

Rodolpho Tourinho destacou que a nova regulação vai oferecer conforto aos investidores. Observou que as negociações foram realizadas por Delcídio Amaral de maneira competente. O senador elogiou a adoção de prazos adequados para a implantação do novo modelo, o restabelecimento dos poderes do Ministério de Minas e Energia e os novos critérios de escolha dos gestores do Operador Nacional do Sistema (ONS).



Geraldo Magela

JOSÉ JORGE

Célio Azevedo

Norma contraria interesse nacional

O senador José Jorge (PFL-PE), ex-ministro de Minas e Energia, anunciou que vota contra a medida provisória do setor elétrico porque a proposta não atende aos interesses nacionais, cria instabilidade e insegurança e tem características estatizantes e centralizadoras. Ele fez um histórico da crise energética brasileira a partir dos anos 80 e atribuiu o racionamento de 2001 à transição de modelos.

ALVARO DIAS

Mudança é inconstitucional

Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que a medida provisória que estabelece o novo modelo energético brasileiro é “flagrantemente inconstitucional” e que os senadores não têm o direito de aprová-la, porque estariam abrindo mão de prerrogativas em favor do Poder Executivo.

O senador ressaltou ser unânime entre especialistas o parecer de que a proposta do governo é tecnicamente ruim.



Geraldo Magela

CÉSAR BORGES

Geraldo Magela

Aumentam os riscos do setor

A medida provisória não vai atingir a sua principal finalidade, a de atrair investimentos privados, opinou César Borges (PFL-BA) durante a discussão da matéria em Plenário. Segundo ele, seriam necessárias mudanças na MP para garantir confiabilidade ao modelo.

– O modelo é centralizador e autoritário e representa retrocesso. Aumenta o risco do setor, onera o custo de capital e inibe o investimento privado – disse.

MODELO ELÉTRICO

Câmara de comercialização deve substituir o atual Mercado Atacadista de Energia Elétrica. Executivo poderá contar com comitê de monitoramento para acompanhar o suprimento eletroenergético no país

Governo amplia seu poder de decisão

O novo modelo para o setor elétrico, de acordo com o texto aprovado pela Câmara e mantido até agora pelo Senado, contempla mudanças como a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em substituição ao Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE), que terá entre suas atribuições a administração dos contratos de compra e venda entre geradores e distribuidores de energia. O novo órgão será regulado e fiscalizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Alteram-se as competências de agentes gestores do sistema elétrico, ampliando os poderes do governo. Ao Ministério de Minas e Energia é restituída a condição de agente direto de concedente, e ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) se atribui competência relativa à segurança do setor.

O novo modelo adota o critério de menor tarifa para a escolha da nova empresa geradora de energia e propõe a desverticalização das concessionárias de distribuição, que não poderão mais exercer atividades de geração, transmissão e comercialização para os chamados “consumidores livres” – contra-



Célio Azevedo

CONSENSO Lideranças negociam emendas ao projeto original e novo modelo é considerado um avanço importante para o crescimento do país

tos livremente negociados – de forma concomitante com a distribuição para os seus consumidores cativos.

O texto, que deve retornar à Câmara, também autoriza a constituição, no âmbito do Executivo, de Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico para acompanhar o suprimento eletroenergético no país.

A Empresa de Pesquisa Ener-

gética (EPE), assunto específico do PLV nº 2, relatado pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) e ainda não votado, deverá ter sede em Brasília e escritório central no Rio de Janeiro, podendo estabelecer escritórios em outros estados. Essa empresa ficará encarregada da realização de estudos e pesquisas para auxiliar no planejamento do setor.

O governo argumenta que a criação das novas entidades para gestão do setor tem por objetivo dotar o Executivo de instrumentos que confirmam adequada proteção ao consumidor cativo das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica. A medida também contribui para avaliação das necessidades de soluções para garantir o abas-

tecimento de energia.

As propostas também excluem do Programa Nacional de Desestatização a Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) e suas controladas – Furnas Centrais Elétricas, Centrais Elétricas do São Francisco (Chesf), Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte) e Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil (Eletrosul).

SÉRGIO GUERRA



Gerardo Magela

Apoio ao debate e à democracia

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que as emendas negociadas pela oposição com lideranças do governo e com a ministra Dilma Rousseff à MP que cria o novo modelo para o setor elétrico melhoram a proposta original, que não iria cumprir o objetivo de atrair investimentos e reduzir tarifas.

– Demonstramos que queremos mais democracia, mais debate, e não a postura de donos da verdade – afirmou.

HELOÍSA HELENA



Gerardo Magela

Proteção parcial a consumidores

A senadora Heloísa Helena (sem-partido-AL) reconheceu que o projeto de conversão em votação protege, parcialmente, os interesses dos consumidores. Para ela, o ideal seria garantir que um setor estratégico como a energia elétrica ficasse sob o controle direto e completo do Estado, mas o projeto, na sua avaliação, aumenta o poder de decisão do Ministério de Minas e Energia, o que considerou positivo.



Célio Azevedo

FLÁVIO ARNS



Estatais sem financiamento

Embora reconhecendo que o novo modelo para o setor elétrico representa avanço, o senador Flávio Arns (PT-PR) manifestou preocupação com a impossibilidade de as empresas públicas de energia contraírem empréstimos.

– Por que empresa públicas, como a Copel (PR) e a Cemig (MG), não podem, como ocorre com as companhias privadas, ter financiamento à sua disposição? – questiona.

TIÃO VIANA



Vitória do governo e do Congresso

Para o senador Tião Viana (PT-AC), com a votação da MP que regula o setor elétrico, governo e Congresso saem vitoriosos pela maturidade em encontrar o caminho do consenso.

Para ele, a aprovação da matéria terá como consequência a ampliação do acesso de energia elétrica, de modo que o governo Lula poderá romper com um Brasil que possui 8 milhões de pessoas que não desfrutam dos benefícios desse serviço.



Roosevelt Pinheiro

GARIBALDI ALVES



Célio Azevedo

Modelo favorece termoeletricas

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que a MP 144/03 permite antever a possibilidade de construção de termoeletricas, especialmente no Nordeste. Ele lembrou que as obras da Termosul (RN) estão paralisadas pela falta de regras que garantam a estabilidade do setor, o chamado “marco regulatório”.

– O país precisa sair da dependência da energia hidrelétrica – concluiu.

MODELO ELÉTRICO

Mercadante diz que o acordo pode ser chamado de uma síntese do melhor da democracia. Arthur Virgílio também elogia o consenso. Para Renan, votação mostra que o país não está paralisado

ALOIZIO MERCADANTE

Acordo é a síntese da democracia

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que o país não pode perder investidores no setor elétrico, nem penalizar os consumidores. Ele considerou relevante que o Senado tenha conseguido encontrar um ponto de equilíbrio entre os dois lados, construindo um acordo entre as forças políticas representadas na Casa. – Um acordo político representa a síntese do que melhor pode fazer a democracia – observou. Para Mercadante, um país como o Brasil, que passou pela experiência do “apagão” e que agora tem energia elétrica excedente, não pode deixar de planejar o futuro com cautela. Com crescimento médio de 3% ao ano, em 2007 já haverá falta de energia elétrica se não forem garantidos investimentos maciços no setor, disse o senador. Para o líder do governo, o projeto de lei de conversão examinado ontem pelo Plenário representa a síntese possível entre os direitos dos consumidores de terem energia elétrica a preço justo e a garantia aos investidores de que seus recursos terão um retorno adequado. O investimento no setor elétrico precisa estar bem à frente do aumento de consumo de energia, enfatizou Aloizio Mercadante.

ARTHUR VIRGÍLIO

Vitória do governo e da oposição

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), liberou sua bancada para votar a medida provisória e elogiou o acordo em uma reunião de senadores da oposição e do governo com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

– Esse tema não pode ser tratado como coisa apenas do governo ou da oposição, mas tendo em vista o país, o melhor para o Brasil – disse.

**JOSÉ AGRIPINO**

Diálogo traz benefícios para a sociedade

“Todas as vezes em que o governo procura a oposição, por meio do diálogo, todas as vezes em que um entendimento é feito, algo positivo para a sociedade é produzido”, disse o senador José Agripino (PFL-RN) ao cumprimentar os líderes partidários do Senado pelo acordo feito em torno das medidas provisórias que estabelecem um novo modelo de gestão para o setor elétrico brasileiro.

RENAN CALHEIROS

Entendimento mostra que país está ativo

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) opinou que a votação das medidas provisórias que estabelecem um novo modelo de gestão para o setor elétrico brasileiro foi importante para mostrar para a população que o país não está paralisado. Ele acrescentou que o Congresso não deixará de fazer sua parte, continuará votando matérias importantes, produzindo e fazendo a sua parte.

**MARCELO CRIVELLA**

Votação da MP foi momento histórico

A Medida Provisória 144/03 colocará o país no caminho do desenvolvimento, afirmou o senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que considerou a votação do projeto de conversão da medida provisória um momento histórico para o país.

O senador assinalou que o Brasil precisa inverter a situação em que se encontra hoje, de transferência de recursos para os países mais ricos.

ROMEU TUMA

Rateio pagará energia de áreas isoladas

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou que as áreas isoladas não pagarão sozinhas para receber linhas de transmissão com eletricidade. “Haverá um rateio agora”, afirmou.

Tuma pediu ao governo que, na matriz energética, seja dado destaque à biomassa.

O senador aplaudiu o trabalho do relator da matéria, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

**ANA JÚLIA**

Aumentos exorbitantes chegam ao fim

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) sustentou que a mudança no modelo de energia evitará que o consumidor seja novamente “vítima de aumentos exorbitantes das tarifas”, como ocorreu de 1995 a 2002, quando houve aumentos reais de 40%. Ela lembrou que o governo passado admitiu em 2002 que o modelo de eletricidade continha “imperfeições”, que agora estão sendo corrigidas.

**ROBERTO SATURNINO**

Estímulo aos investimentos das estatais

O senador Roberto Saturnino (PT-RJ) disse ser importante a aprovação da matéria, mas chamou a atenção para a necessidade de mudanças destinadas a estimular os investimentos. Ele citou a idéia de se retirar do cálculo do superávit fiscal os investimentos das empresas estatais, o que as têm impedido de investir para não prejudicar o esforço de contenção do gasto público.

DEMOSTENES TORRES

Novo modelo precisa de aperfeiçoamento

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) considerou positivo que o governo tenha prometido enviar uma nova medida provisória com mudanças adicionais no setor elétrico. Ele votou a favor da medida aprovada.

– A medida provisória foi bastante modificada, graças a um entendimento entre o governo e a oposição. Não é o texto ideal, mas o possível – afirmou Demostenes.

**SIBÁ MACHADO**

É o Brasil que o Congresso quer ver no futuro

O senador Sibá Machado (PT-AC) disse que a aprovação das medidas provisórias é importante politicamente, tecnicamente e economicamente. Em sua avaliação, as mudanças que o Senado começou a aprovar na sessão de ontem sinalizam para o Brasil que o Congresso Nacional quer ver no futuro.

– Nós demos aqui o primeiro e significativo passo – afirmou.

NEY SUASSUNA

Garantia de novos investimentos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) observou que a medida provisória representa o que foi possível alcançar e irá garantir novos investimentos. Suassuna comentou que não entendia os comentários segundo os quais o Senado estaria paralisado, pois na quarta-feira foram aprovadas várias matérias e ontem os senadores votaram uma MP “de suma importância para o Brasil”.



DENÚNCIAS

Decisão para evitar instalação de comissão parlamentar de inquérito foi tomada por quatro líderes dos partidos da base de apoio ao governo, que emitiram nota oficial. Magno Malta formaliza proposta de criação da CPI

Base governista decide não indicar membros para a CPI dos Bingos

Por meio de nota oficial, quatro líderes da base de apoio ao governo comunicaram ontem a decisão de não indicar representantes de seus partidos para a comissão parlamentar de inquérito (CPI) proposta pelo senador Magno Malta (PL-ES) com o objetivo de investigar bingos e suas conexões com o narcotráfico. Malta protocolou ontem o requerimento da CPI.

Único a não assinar a nota das lideranças, Magno Malta, que é líder do PL, recusa o argumento de que a investigação do caso Waldomiro Diniz pela Polícia Federal e a medida provisória que proibiu o funcionamento dos bingos são suficientes para tranquilizar o país quanto à ausência de ligação entre integrantes do governo e contraventores.

Os líderes iniciam o documento enumerando as medidas que estão sendo adotadas para apurar as denúncias de corrupção: investigação a cargo da Polícia Federal, das polícias estaduais, do Ministério Público e do próprio governo



JUSTIFICAÇÃO Ideli, entre Suassuna, Mercadante e Renan (D), fala à imprensa após divulgação da nota

federal. Uma eventual apuração no âmbito do Senado foi classificada de “política” pelos signatários – Ideli Salvatti (PT-SC) Renan Calheiros (PMDB-AL), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Fernando Bezerra (PTB-RN).

A decisão de não indicar integrantes se estende a qualquer outra comissão que venha a ser proposta para investigar os

bingos e as atividades do ex-assessor Waldomiro Diniz.

– Esta Casa deve voltar ao trabalho – disse Ideli, em entrevista, depois de distribuir a nota, que destaca também o compromisso dos líderes aliados com a “manutenção da governabilidade” e com uma “agenda política que impulse o crescimento econômico e a geração de empregos no Brasil”.

Pela oposição, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que há um clamor público em favor da CPI, e que se os líderes governistas não indicarem seus representantes para integrar a comissão, o presidente do Senado, José Sarney, “certamente o fará”. O requerimento apresentado por Malta deve ser lido em Plenário na manhã de hoje.

Magno Malta protocola requerimento da comissão

Depois de recolher assinaturas de 38 senadores, Magno Malta (PL-ES) protocolou na manhã de ontem requerimento para criação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) destinada a investigar os bingos no país e suas relações com o crime organizado. Malta propõe que a comissão tenha 15 membros titulares e 15 suplentes e funcione por um prazo de 120 dias, com orçamento de R\$ 200 mil.

Os parlamentares que decidiram retirar suas assinaturas do requerimento teriam até o fim da noite de ontem para fazê-lo, ou seja, antes que o documento fosse enviado para publicação no *Diário do Senado Federal*.

O senador Sibá Machado (PT-AC) já retirou sua assinatura, enquanto os senadores Tião Vi-



INVESTIGAÇÃO Proposta de iniciativa de Magno Malta prevê prazo de 120 dias

ana (PT-AC) e Ana Júlia Carepa (PT-PA) substituíram sua assinatura pelo “apoio” à CPI, o que, de acordo com o Regimento Interno, faz com que seus nomes não entrem na contagem do número mínimo de assinaturas (27 – um terço da composição do Senado) necessário para formalizar o requerimento de CPI.

Dessa forma, a quantidade de assinaturas válidas já caiu para 35. Caso o número fique aquém do necessário, o documento será devolvido a Magno Malta, primeiro subscritor.

Heloísa apóia funcionários de bingos e lê assinaturas

Para a senadora Heloísa Helena (sem partido-AL), a medida provisória que proibiu o funcionamento dos bingos no país deve ser emendada pelos parlamentares de forma a salvaguardar os seus funcionários, que “nada têm a ver com o envolvimento dos empresários nos esquemas de lavagem de dinheiro no país”.

Heloísa Helena leu o nome de cada um dos senadores que confirmaram sua assinatura no requerimento para criação de CPI apresentado pelo senador Magno Malta (PL-ES).

Após a leitura dos 30 nomes, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) esclareceu, em aparte, que não havia retirado a sua assinatura do requerimento. Heloísa justificou o lapso argumentando que talvez fosse parte do “blefe” que se



ISENÇÃO Heloísa afirma que empregados nada têm a ver com envolvimento dos empresários

espalhou no Senado de que todos os parlamentares do PT e do PMDB haviam retirado o apoio ao requerimento, confirmando 31 assinaturas.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR), também apartando, criticou a nova estratégia do governo de tentar evitar o funcionamento da comissão. E o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o presidente do Senado, José Sarney, pode indicar os integrantes da CPI dos Bingos se esgotar o prazo para que as lideranças apresentem os seus nomes.

Para Maguito, investigação atrapalha economia

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) condenou a imediata instalação de comissões parlamentares de inquérito (CPIs) para apurar as denúncias envolvendo o ex-assessor do Palácio do Planalto

Waldomiro Diniz, bem como os bingos. Ele alertou que “o país poderia parar”, com reflexos negativos em todos os setores da economia.

– Se por um simples anúncio de um pronunciamento de um senador da República a bolsa de valores despencou e o dólar subiu, imagine se fosse criada uma CPI para apurar o caso Waldomiro – argumentou Maguito, que considerou “desnecessária” a entrada do Legislativo no caso, uma vez que a Justiça, o Ministério Público e a Polícia Federal estão investigando as denúncias.



Maguito Vilela lembra reflexos sobre o mercado

Virgílio critica silêncio de Waldomiro na Polícia Federal

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), classificou de “deprimente e deplorável” o comportamento do ex-assessor Waldomiro Diniz, que se negou a prestar informações a delegado da Polícia Federal, reservando-se o direito de só responder em juízo.

Virgílio voltou a lamentar o assassinato do primo de Antero Paes de Barros (PSDB-MT), ocorrido quarta-feira, e enalteceu a postura do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que determinou proteção para o senador e família.



Arthur Virgílio considera atitude deprimente

TERRAS INDÍGENAS

Márcio Thomaz Bastos sustenta posição favorável à demarcação de terras indígenas. José Viegas destaca importância da presença do Exército nas aldeias. Senadores discordam sobre atuação de ONGs

Viegas diz que Forças Armadas protegem as aldeias

Em audiência pública realizada ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), o ministro da Defesa, José Viegas Filho, enfatizou que os índios são brasileiros natos e, como tais, têm direito à proteção das Forças Armadas. Ele disse ser de interesse do Exército ter estreito contato com as comunidades indígenas, especialmente nas áreas de fronteira.

– Essa presença é benéfica inclusive para os índios – declarou, defendendo o povoamento nas fronteiras.

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Mércio Pereira Gomes, que também integrou a audiência pública, afirmou que, com a demarcação das terras indígenas, o governo pretende ressarcar uma dívida histórica. Ele destacou que faltam apenas 30% das terras para serem demarcadas e informou o registro de crescimento demográfico dos índios, que hoje totalizam cerca de 410 mil.

Em resposta a observações feitas pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM), Mércio Gomes disse que o fato de os povos indígenas que habitam a região da terra Raposa/Serra do Sol (RR) falarem línguas diferentes não denota necessariamente falta de harmonia entre eles. E mencionou como exemplo a reserva do Xingu, onde os índios vivem sem hostilidades, apesar de falarem 12 línguas diferentes.

– Os índios brasileiros merecem as terras que habitam. A demarcação da Raposa/Serra do Sol será importante para os povos que lá vivem e também para a auto-estima dos brasileiros – assinalou Mércio Gomes.

Nova audiência

Foi aprovado na reunião requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) convidando para audiência pública, em data a ser marcada, representantes do Conselho Indígena de Roraima (CIR), da Associação dos Povos Indígenas de Roraima (Apirr), da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima (Omir) e da Organização dos Professores Indígenas de Roraima (Opir).

Ministro da Justiça garante que Lula vai demarcar todas as reservas

Os ministros da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e da Defesa, José Viegas Filho, patentearam sua posição favorável à demarcação das terras indígenas, conforme determina a Constituição federal. Thomaz Bastos garantiu que a reserva indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, será homologada em território contínuo. Os ministros participaram ontem de audiência pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Thomaz Bastos afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em cumprimento à Constituição, pretende chegar ao fim de seu governo com todas as terras indígenas demarcadas e homologadas. Cada caso é um caso e os locais onde há conflitos de terras não podem ser tratados de modo igual, declarou o ministro, garantindo

que ninguém será retirado de suas terras se não houver uma solução de consenso.

No caso da Raposa/Serra do Sol, foi criado um comitê de transição em Roraima para encontrar soluções para os conflitos em torno da demarcação, disse o ministro, assegurando ainda que o acesso às estradas em áreas indígenas será garantido a todos.

Valores

A demarcação de terras indígenas, segundo o ministro, é importante por tocar em dois valores fundamentais da Constituição: a segurança nacional e a proteção dos direitos das comunidades indígenas. A seu ver, é um equívoco colocar em campos antagônicos as necessidades de segurança nacional e a proteção aos índios, contraponto muito utilizado para condenar a criação de reservas

nas fronteiras.

– Não há incompatibilidade radical. Nem a presença indígena deve prejudicar a atuação das Forças Armadas, nem os índios podem ter seus direitos constitucionais cerceados – assinalou.

Thomaz Bastos garantiu que o governo está empenhado em construir soluções harmônicas e que o Ministério da Justiça está atento à necessidade de preservação das condições de segurança na faixa de fronteira. E deu como exemplos a adoção de meios tecnológicos, como o Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam), a intensificação da presença do Estado e a melhor articulação entre os órgãos do governo federal. O ministro destacou ainda que a atuação das forças de segurança nas terras indígenas deve dar-se nos “estritos limi-

tes da Constituição federal, na exata proporção em que for necessária”.

O ministro frisou referir-se a comunidades e não a nações indígenas, como forma de destacar que os índios participam da comunhão nacional. Ele enfatizou que os critérios para definir terras indígenas são usos, costumes e tradições dos próprios índios, lembrando que a cultura indígena também está sujeita a mudanças.

Antero

Em entrevista, Thomaz Bastos afirmou que parece não haver motivação política no assassinato do primo do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Luiz França de Moura Neto, ocorrido na quarta-feira, em Várzea Grande (MT). Mas adiantou que, de qualquer forma, o senador está recebendo proteção policial.



ENTENDIMENTO Thomaz Bastos (segundo à esquerda) garante, na audiência pública, que governo está empenhado em soluções harmônicas

Senadores analisam atuação de ONGs e do governo

“Não é possível que não possamos encontrar solução para 320 mil índios viverem bem”, disse o senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) durante a audiência pública realizada ontem na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para discutir a demarcação de terras indígenas.

Autor do requerimento da audiência pública, com a presença do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, Mozarildo reconheceu que a demarcação é um problema “de grande complexidade” e defendeu uma solução de consenso. Ele frisou que o país não pode aceitar “soluções impostas por organizações não-governamen-

tais (ONGs) estrangeiras”.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) posicionou-se contrário à homologação da terra indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima. Jefferson argumentou que há vários povos na região que não vivem em harmonia. Além disso, destacou, o terreno local não é coberto por floresta. O senador comparou a situação da Raposa/Serra do Sol com a reserva Yanomâmi, existente no Amazonas, habitada apenas por um povo em local de mata fechada.

Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) defendeu a indenização aos proprietários que perderam suas terras em locais transformados em terras indígenas.

O parlamentar lembrou ter apresentado uma proposta de emenda constitucional permitindo o pagamento dessas indenizações (PEC 3/04). A atual legislação permite apenas o ressarcimento por benfeitorias realizadas.

Sibá Machado (PT-AC) disse que as decisões sobre demarcação de terras indígenas precisam ser tomadas com tranquilidade. O senador ressaltou que não se pode confundir uma situação histórica e estrutural com crises como as que vêm ocorrendo em Roraima e Mato Grosso do Sul.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) manifestou sua preocupação a respeito da extensão

das terras a serem demarcadas, lembrando que o Brasil necessita de terras para agricultura.

Fátima Cleide (PT-RO) entendeu que essa discussão precisa abandonar idéias preconcebidas. “Um novo tempo pede novas idéias”, afirmou. A senadora declarou-se preocupada com a presença das Forças Armadas em áreas indígenas, especialmente no que diz respeito à violência sexual contra mulheres da região.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) observou que a convivência entre índios e militares é pacífica e que as acusações de violência são “propaganda das ONGs para tirar as Forças Armadas das terras indígenas”.

Garibaldi elogia escolha do tema para Campanha da Fraternidade



Preservação das águas é valorizada, afirma Garibaldi

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) saudou ontem a escolha do tema deste ano da 40ª edição da Campanha da Fraternidade – “Água, fonte de vida”. Ele cumprimentou o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), dom Geraldo Magella Agnelo, pela escolha do tema que acredita “irá reforçar a luta de todos que pejam pela preservação dos recursos hídricos do país”.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) lamentou, em aparte, a degradação dos rios do país e disse ser necessário mais investimentos, em especial na área de saneamento básico, para evitar doenças decorrentes do consumo de água imprópria.

Lúcia Vânia lamenta morte de Pedro Abrão



Feitos do político foram lembrados por Lúcia Vânia

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) apresentou o voto de pesar pela morte do empresário e político goiano Pedro Abrão, que foi prefeito da cidade de Cumari (GO) entre 1953 e 1957 e fundou

com o irmão, Abdala Abrão, pai da senadora, a primeira empresa de armazéns gerais de Goiás. “Pedro Abrão deixou marca indelével na história de Goiás, como empresário e empreendedor”, afirmou Lúcia Vânia.

O político morreu na quarta-feira, em Goiânia. A senadora disse que Pedro Abrão respeitava seus funcionários e era querido por todos. Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) solidarizou-se com a senadora e elogiou o homem público e empresário que foi Pedro Abrão.

Eduardo defende mudanças feitas pelo Senado no Fies

■ Para senador, emendas na MP democratizam o crédito e ajudam os estudantes a obter o benefício

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) conclamou a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as entidades estudantis secundaristas a pressionarem a Câmara para que mantenha as alterações que ele, como relator, incorporou à medida provisória sobre refinanciamento de dívidas com o antigo Programa de Crédito Educativo.

O Plenário do Senado aprovou na sessão de quarta-feira as mudanças na MP 141/03. Atualmente, o programa, que so-



CAMPANHA Eduardo Siqueira Campos pede mobilização da UNE em favor das alterações

freu mudanças, é chamado de Fundo de Financiamento dos Estudantes do Ensino Superior (Fies).

Eduardo Siqueira Campos explicou que fez alterações no texto do governo: a primeira acaba com a figura do fiador, exigido dos estudantes que obtêm o crédito; a segunda inclui a Caixa Econômica Federal, o

Banco do Brasil e os Correios como instituições para aceitar as inscrições dos estudantes no programa, que até então eram feitas apenas pela Internet; a terceira inclui o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como fonte de recursos para o Fies; e a última permite que as universidades privadas usem certificados do Fies para quitar outros tributos.

– Quero compartilhar com todos os senadores as mudanças que aprovamos juntos aqui, e que democratizam e facilitam o acesso do estudante ao crédito universitário. E faço apelo à Câmara dos Deputados para que mantenha as emendas, que sem dúvida aperfeiçoam a proposta – afirmou.

Raupp quer reduzir barreiras para acesso do produtor ao crédito rural

Ao atentar para os dados que demonstram uma “extraordinária involução” na concessão do crédito rural ocorrida no período de 1979 a 1999, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) recomendou ao governo que adote medidas capazes de reduzir as dificuldades de acesso a empréstimos enfrentadas pelos produtores rurais.

Ele saudou a recente decisão de elevar de R\$ 32,5 bilhões para R\$ 40 bilhões o volume de recursos para o crédito rural na safra de 2004-2005, mas observou que ainda falta muito a ser feito para atender às necessida-

des do setor.

– Hoje em dia, por maior que seja a má vontade ou o ceticismo, é impossível negar o papel decisivo do setor agropecuário para garantir a vitalidade da economia brasileira – afirmou Raupp, acrescentando que o agronegócio é responsável pelos superávits na balança comercial do país.

Segundo o senador, os problemas não se resumem à insuficiência de recursos. As maiores dificuldades se apresentam no momento da concessão do financiamento, informou.

– Um excesso de exigências



EMPENHO Valdir Raupp destaca a importância do agronegócio para o superávit comercial

burocráticas e um limite individual reduzido impossibilitam que nossos produtores obtenham os recursos necessários – frisou o parlamentar.

Zambiasi pede apoio para missionários brasileiros



ASSISTÊNCIA Zambiasi lamenta assassinato de Doraci Edinger, que atuava em Moçambique

Ao anunciar a chegada ao Brasil do corpo da missionária brasileira Doraci Edinger, assassinada em Moçambique, o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) pediu maior atenção do Itamaraty para centenas de brasileiros que desenvolvem missões humanitárias em vários países.

– É preciso que o Ministério das Relações Exteriores saiba quem são, onde estão e que condições enfrentam esses brasileiros que,

heróicos, permanecem no exterior para exercer a mais nobre de todas as missões, que é a da solidariedade e da paz entre os homens – disse ele.

Segundo Zambiasi, o assassinato de Doraci, diaconisa de confissão luterana, chocou o mundo pelo grau de violência com que foi perpetrado. O parlamentar revelou que, desde 1998, mesmo sob ameaças de morte, ela prestava assistência social.

Alvaro: acordo com FMI não pode prejudicar economia

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu que o presidente Lula tenha coragem de conduzir negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de forma que as exigências

do órgão sejam menos danosas à economia nacional. Na sua opinião, o Brasil precisa apoiar a Argentina na busca de condições mais favoráveis que as brasileiras junto ao FMI.

Alvaro também criticou os argumentos dos governistas contra a instalação de CPI para investigar irregularidades nos bingos. Na sua opinião, não há como considerar que a edição da medida provisória que determina o fechamento dos bingos resolva o assunto.



Para Alvaro Dias, Brasil deve apoiar Argentina

CPI da Terra define agenda de trabalho

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra se reúne na próxima quinta-feira para definir a estratégia de investigação e aprovar os primeiros requerimentos de convocação. As decisões foram tomadas ontem, em reunião administrativa presidida pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR). A comissão pretende realizar amplo diagnóstico sobre a estrutura fundiária brasileira, discutir a reforma agrária e urbana e a atuação tanto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), na ocupação de áreas agrícolas, quanto dos proprietários rurais, para impedir essas ocupações.

Alvaro Dias antecipou, ao abrir os trabalhos, que será necessário grande esforço para construir um consenso.

Ele afirmou que a comissão deve produzir uma nova proposta de reforma agrária para o país e diagnóstico completo da aplicação de recursos públicos nos assentamentos.